

ARQUIVO HISTÓRICO DE ICÓ-CE:

INFORMAÇÃO, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Juciedo Ferreira Alexandre¹

Ariluci Goes Elliott²

Priscilla Régis Cunha de Queiroz³

Resumo: Aborda o acervo do Arquivo Histórico do município de Icó, no Ceará, discutindo as possibilidades de seu uso para ações voltadas à extensão universitária e à educação patrimonial, ao promover o contato de profissionais da Ciência da Informação com manuscritos dos séculos XVIII e XIX. O objetivo do artigo é discutir o uso do acervo do arquivo Histórico de Icó como recurso didático, propiciando o reconhecimento do patrimônio documental e sua divulgação enquanto fonte de informação para o conhecimento da história e da memória local. Este estudo é de natureza qualitativa, de tipologia descritiva e exploratória e se dedica a apontar caminhos para o uso da metodologia específica da Educação Patrimonial, que pode ser utilizada a partir do patrimônio documental do Arquivo Histórico de Icó-CE. Percebemos que, por meio do uso deste importante patrimônio documental, é possível contribuir para a formação de cidadãos e profissionais que lidem com as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Arquivo; Extensão universitária; Patrimônio documental; Ciência da Informação.

HISTORICAL ARCHIVE OF ICÓ-CE: INFORMATION, UNIVERSITY EXTENSION AND DOCUMENTARY PATRIMONY

Abstract: It addresses the collection of the Historical Archive of the city of Icó, in Ceará, discussing the possibilities of its use for actions focused on university extension and patrimonial education, by promoting the contact of Information Science professionals with manuscripts from the 18th and 19th centuries. The objective of this article is to discuss the use of the Historical Archive of Icó as a didactic resource, providing the recognition of the documental patrimony and its disclosure as a source of information for the knowledge of history and local memory. This is a qualitative study, of

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Docente da graduação em Biblioteconomia e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. E-mail: juciedo.alexandre@ufca.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4949-0456>.

² Pós-Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente da graduação em Biblioteconomia e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. E-mail: ariluci.goes@ufca.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7019-3253>.

³ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Docente da graduação em Biblioteconomia e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. E-mail: priscilla.queiroz@ufca.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1933-6634>.

descriptive and exploratory typology and is dedicated to pointing paths for the use of the specific methodology of Patrimonial Education, which we can use from the documental patrimony of the Historical Archive of Icó-CE. It is noticed that, with this important documental patrimony, it is possible to contribute to the formation of citizens and professionals who deal with public policies for the preservation of cultural patrimony.

Keywords: Archive; University Extension; Documental Patrimony; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Em 1997 a cidade de Icó foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No estudo que fundamentou o processo, o órgão federal ressaltou o fato de Icó ter sido erigida devido à expansão da pecuária no século XVIII. As margens do rio Salgado, a cidade se desenvolveu pela criação do gado e comércio da carne seca, tornando-se entroncamento das principais estradas que cortavam o sertão. Posteriormente, o algodão passou a fazer parte de seu cotidiano econômico. Sobre o binômio gado/algodão, Icó prosperou: edificações públicas, religiosas e civis surgiram, dando diferentes volumes à ribeira do rio Salgado. Para o IPHAN, o sítio histórico - com arquitetura despojada e de singela beleza - é “testemunho de incontestável valor histórico acerca do processo de consolidação do território nacional”, um “precioso documento da política urbana colonial e sua adaptação às terras sertanejas” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1997, p. 32).

Não obstante, nem só de pedra e cal estão constituídos os bens culturais de Icó. Outros documentos, além das edificações, contam sua história. Entre as heranças do passado se encontra uma coleção de manuscritos, rico patrimônio documental, que deve ser divulgado e protegido com o mesmo afinho dedicado à salvaguarda de arquitetura e traçado urbano tombados. Estamos falando do acervo do Arquivo Histórico de Icó, formado por inventários, testamentos, processos cíveis e criminais dos séculos XVIII e XIX. O arquivo conta, em suas páginas, capítulos da história da

localidade, especialmente sobre o cotidiano das diferentes classes sociais que a habitavam em centúrias passadas. Foram tais personagens as artífices do patrimônio arquitetônico posteriormente tombado, por erguerem, darem uso e vida cotidiana às edificações da cidade.

É a partir da compreensão da riqueza do arquivo que propomos seu uso em atividades de extensão universitária, de educação patrimonial e de gestão da informação por meio de oficinas sobre patrimônio documental, fontes históricas e gestão de acervos bibliográficos especiais, voltadas para graduandos e profissionais da Ciência da Informação.

Do ponto de vista histórico, desde a invenção da escrita que existe uma preocupação pela reconstrução da memória, pela preservação patrimonial dos documentos que resultam de processos intelectuais e criativos do ser humano. A preservação desses documentos permite às gerações futuras compreender e contextualizar a memória, a história e a cultura dos seus povos. Os museus, as bibliotecas e os arquivos assumem neste contexto um papel determinante, responsabilizando-se pela preservação da memória e longevidade desses documentos.

A Ciência da Informação se preocupa em trazer para seus estudos a abordagem transdisciplinar, permitindo interagir com outros campos do conhecimento, a fim de buscar elementos conceituais para contribuir com a sua estrutura teórica e prática para a informação na área da História, da Arquivologia em busca do conhecimento contextualizado. Essa relação pode ser vista no estudo de Saracevic (1996, p. 45) quando afirmou que a Ciência da Informação é:

Um campo devotado à investigação científica e à prática profissional que trata dos problemas de efetiva comunicação do conhecimento e de registros do conhecimento entre seres humanos, no contexto de usos e necessidades sociais, institucionais e/ou individuais de informação. No tratamento desses problemas tem interesse particular em usufruir, o mais possível, da moderna tecnologia da

informação.

Dessa forma, verificamos a força que a informação desempenha na comunidade científica, quando disseminamos os arquivos históricos para essa propagação, em relação ao valor que a Ciência da Informação na construção do conhecimento científico, político, social e cultural transformará a sociedade do conhecimento.

O presente estudo exploratório analisa as informações concernentes ao tema, por meio de pesquisa bibliográfica e descrição da instituição observada, qual seja, o Arquivo Histórico de Icó-CE. Tratamos aqui com livros e artigos científicos acerca da Educação Patrimonial, material que nos embasa para a descrição detalhada da prática de oficinas a partir do acervo do Arquivo Histórico de Icó. Desta maneira, a prática em educação patrimonial é vista aqui como caminho metodológico para utilização e salvaguarda do patrimônio documental do Arquivo Histórico em questão.

Assim, temos o objetivo de contribuir para a valorização do acervo do Arquivo Histórico de Icó, ao promover o contato de escolas e instituições de ensino superior com documentos dos séculos XVIII e XIX, propiciando o reconhecimento do patrimônio documental para a memória da cidade e a sua inserção como recurso didático nas aulas de História, contribuindo para sua fruição e proteção.

2 DESENVOLVIMENTO

Em seu sentido original, a palavra patrimônio remete a ideia de herança: bens de valor econômico passados de geração a outra. Entre fins do século XVIII e os dias atuais, tal conceito ganhou profundidade. A ampliação conceitual manteve a ideia de herança de bens de valor embutida na terminologia patrimônio, mas ultrapassou os elementos meramente financeiros, ao apontar questões simbólicas que fazem dos bens culturais elementos distintivos da vida e na constituição de identidades nas modernas sociedades ocidentais, tendo a “função de representar simbolicamente a

identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros” (Oliveira, 2008, p. 114).

Desde a primeira metade do século XX, o Estado brasileiro promove políticas públicas, responsáveis por conjunto amplo de leis e procedimentos técnicos, voltado ao reconhecimento e proteção do chamado patrimônio nacional. Nas últimas três décadas, essas políticas passaram por acréscimo teórico e técnico, permitindo ampliar o reconhecimento da diversidade cultural do país. Um marco dessas mudanças é a Constituição de 1988: seus artigos 215 e 216 consagraram os chamados direitos culturais. Já o Decreto 3551/2000 instituiu a política de inventário e registro do patrimônio imaterial. As reconfigurações citadas ampliaram as políticas de patrimonialização, ou seja: a seleção de bens culturais por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo (ou grupos) de identidade (Chuva, 2012).

Malgrado os avanços, é impossível projetar a preservação do patrimônio cultural sem vinculá-lo a uma vivência efetiva e afetiva por parte dos grupos sociais a ele relacionados. A assertiva explicita a importância de uma relação profícua entre educação e patrimônio:

O patrimônio pode ser abordado como um dos elementos fundantes da constituição de identidades, do sentido de pertencimento dos sujeitos. Partindo do pressuposto de que as pessoas só respeitam e admiram aquilo que conhecem, faz-se necessário construir possibilidades de educar para o patrimônio, ou seja, para que todos conheçam e sintam-se pertencentes aos espaços, discussões, lugares de guarda e preservação dos diferentes bens culturais (Pain; Guimarães, 2014, p. 89).

Para Cecília Londres (2012), a própria eficácia das políticas de patrimonialização está condicionada à formação de uma consciência preservacionista entre as novas gerações. Sem isso, elas se reduzem “a iniciativas de alcance restrito, valorizadas apenas por grupos já familiarizados com a temática da preservação, distanciando-as,

portanto, do objetivo que historicamente as justifica – o seu interesse público” (Londres, 2012, p. 14).

A educação patrimonial ganhou espaço no Brasil nos anos 1980, com a redemocratização e a fortificação, aqui e no exterior, das políticas voltadas ao direito ao passado e direito à memória. Historiadores, como Ricardo Oriá (2006) e Martha Abreu (2007) também, destacam o papel dado ao tema na LDB e nos PCN’s: ambos têm como elementos centrais a compreensão e valorização da pluralidade cultural e histórica dos grupos sociais formadores do país, compreendida como marca da identidade nacional, reforçando o papel da escola e das comunidades no reconhecimento e salvaguarda desses bens.

Tratando do assunto, Cecília Londres (2012) critica o sentido restrito que pode ser dado à expressão educação patrimonial. Para ela, a isenção do tema patrimônio no ambiente educacional não deve ser tomada enquanto a criação de nova disciplina a ser acrescida no currículo escolar obrigatório, que no Ensino Médio regular conta com muitas disciplinas. Deve ser vista, antes de tudo, como recurso precioso no processo educativo: “não se trata de ‘ensinar sobre’ o patrimônio, mas de considerar os bens culturais, sua fruição, preservação e difusão, como um recurso precioso no processo educativo” (Londres, 2012, p. 16).

Ampliando o debate, Sônia Florêncio (2012) afirma: a prática educativa deve considerar o patrimônio cultural enquanto tema transversal e transdisciplinar que potencializa o uso dos recintos públicos e comunitários como espaços formativos essenciais. Deve fugir da reificação de objetos, problematizando os bens culturais enquanto produtos humanos cujos sentidos só podem ser entendidos plenamente quando situados em complexas redes sociais identitárias e de alteridades, pertinentes ao lugar social ocupado por tais bens. Destarte, a Educação Patrimonial deve atuar em espaços educativos formais (a escola) e informais (associações etc.), criando interlocução entre responsáveis pela política patrimonial e comunidades detentoras

dos bens culturais, por meio da escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais (Florêncio, 2012, p. 24).

Ante tal compreensão, algumas políticas públicas, da última década, incentivaram ações de educação patrimonial. Neste contexto, percebe-se aproximação crescente de tal campo com os propósitos da extensão universitária, aproximando os pressupostos da educação patrimonial aos mais diversos segmentos de ensino. Conforme Ana Lucia Nunes e Maria Batista Silva, a extensão é uma "espécie de ponte permanente" entre a universidade e a comunidade em que a instituição está inserida. Longe de representar via de mão única, a extensão concebe uma "retroalimentação" de influências: "a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade" e recebe em troca respostas sobre projetos, necessidades e ambições desta. Por outro lado, os saberes das comunidades enriquecem a universidade, ao propiciar o contato de discentes, docentes e técnicos com experiências e realidades sociais específicas, enriquecendo a formação profissional e humanística dos mesmos (Nunes; Silva, 2011, p. 120). Esta percepção dialógica – que percebe as trocas de experiências como elementos fundantes das identidades sociais e entende que as instituições de ensino superior crescem no contato com a comunidade – explica porque a educação patrimonial tem ganhado espaço nas universidades.

Nestes termos, as oficinas de educação patrimonial podem ser gestadas de modo a fazer da extensão caminho para difusão da educação patrimonial tanto no nível da educação básica quanto no nível superior de ensino. Tendo como espaço Icó, cidade tombada, as oficinas não poderiam estar melhor contextualizadas. Não obstante, para além do rico patrimônio arquitetônico e manifestações imateriais da cultura icoense, o escopo das oficinas centram-se em outra categoria: patrimônio documental, entendido, conforme Márcia Carvalho Rodrigues (2016, p. 117), enquanto "conjunto de manifestações intelectuais, científicas ou artísticas [da nação,

localidade ou grupo social], oriundas da atividade intelectual de seus cidadãos, materializadas através dos mais diversos suportes de registro do conhecimento humano”. É sobre o patrimônio documental de Icó e seu uso nas oficinas de extensão que tratamos a seguir.

2.1 FAZENDO EXTENSÃO COM FONTES HISTÓRICAS: UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Arquivo Histórico de Icó, também conhecido como Arquivo Público, foi criado, em 2005, por iniciativa de Altino Afonso Medeiros, memorialista e servidor público municipal. Considerado “o historiador do Icó” pela população local, pela militância na proteção do patrimônio edificado e na divulgação cotidiana das memórias icoenses, Altino Afonso conseguiu sensibilizar os responsáveis por um dos cartórios da cidade a ceder os documentos mais antigos – que se encontravam mal alojados e conservados – em prol da constituição de um arquivo. O IPHAN tomou a frente do projeto, no ano de 2007, restaurando e organizando o acervo, que se encontra, atualmente, nas dependências do Centro de Cultura Mariinha Graça – sobrado secular restaurado pelo órgão federal –, sede da Secretaria de Cultura de Icó.

Malgrado a riqueza das fontes documentais, o Arquivo Histórico permanece desconhecido para a maior parte da população da cidade. Seu valor enquanto patrimônio e a possibilidade de divulgação do mesmo enquanto fonte para o conhecimento da história local foi o mote para algumas ações nos últimos anos. Um exemplo disso foi o projeto de extensão “Entre as páginas da história do Icó”, criado a partir da compreensão da riqueza do arquivo como recurso didático, sendo aprovado nos editais da PROEX/UFCA de 2015, 2016 e 2017.

As discussões sobre educação patrimonial fortificaram-se nos últimos anos. A preocupação ascendente a respeito dela caminhou junto às mudanças no âmbito da historiografia brasileira, promotoras de reflexões teórico-metodológicas sobre o uso das fontes e políticas públicas de organização e disponibilização de acervos em

arquivos, centros de documentação, museus, etc (Barcelar, 2011). Assim, as políticas de proteção do patrimônio documental não deixam de encarnar questões essenciais aos professores de História.

Concomitantemente a este processo, as fontes históricas também passaram a figurar enquanto importante recurso didático nas aulas de história, com a iniciativa dos professores de “incorporar os mais variados suportes, linguagens e gêneros, tais como: fotografia, cinema, artigo de jornal, manuscrito, reclame (de jornal, rádio, TV, outdoor), pinturas, jogos, roupas, imagens de antigos edifícios, instrumentos de trabalho, entre outros” (Freitas, 2010, p. 208) .

Destarte, o reconhecimento e defesa do patrimônio documental e sua inclusão como recurso didático são elementos centrais no âmbito de atuação dos professores de História. A apropriação das fontes e sua interpretação na forma de discursos sensíveis e inteligíveis são os elementos chaves para a compreensão histórica. Karnal e Galli afirmam: os documentos são “construções permanentes” repletas de subjetividade. Assim, as fontes são compreendidas enquanto produtos engendrados com objetivos próprios, por pessoas que ocupavam funções específicas em um determinado tempo e espaço. Portanto, um documento não é um documento em si, mas um diálogo entre o presente e o documento: são as questões que perpassam o presente do historiador que atribuem sentidos às fontes históricas (Karnal; Galli, 2009).

Se desde o início do século XX, os documentos oficiais perderam o caráter sacral de “verdade neutra e imparcial”, ao longo das décadas seguintes novos suportes passaram a ser valorizados como fontes de informação sobre as experiências humanas no passado, tais como túmulos, músicas, fotografias, filmes, relatos orais, receitas culinárias e uma infinidade de outros objetos que passaram a ser alvo da investigação dos historiadores. A sensibilidade, erudição e poder de síntese da narrativa historiográfica, aliada a uma postura “indiciária” que aproxima o historiador

do detetive, permitem que até mesmo documentos tidos como “hostis” - pois marcados por filtros de poder -, como processos criminais, possam ser apropriados para a compreensão das experiências humanas do passado (Ginzburg, 1989). Este é particularmente o caso do acervo do Arquivo Histórico de Icó, formado por documentos cartoriais e judiciais dos séculos XVIII e XIX. Seus inventários, testamentos, processos cíveis e criminais contam importantes capítulos da história do Icó, especialmente sobre o cotidiano das diferentes classes sociais que habitavam a cidade naquele período.

2.1.1 Proposta de oficina

Visando encorajar a divulgação dos manuscritos que compõem o acervo do arquivo e a realização de atividades que tenham seu acervo como mote, propomos ideias para planejamento e execução de oficinas de Educação Patrimonial e Extensão, voltadas à professores da disciplina de História e suas turmas de ensino básico:

- 1) Planejamento das ações: levantamento das demandas e expectativas do grupo participante e agendamentos das visitas aos equipamentos culturais da cidade de Icó. Devido ao espaço exíguo do arquivo e a raridade e fragilidade dos manuscritos, cada oficina tem que ter um público de no máximo quinze pessoas;
- 2) Acolhida: Para iniciar os trabalhos, o grupo formado por professores de História e estudantes do ensino básico pode ser acolhido, preferencialmente, no auditório da Casa de Cultura Mariinha Graça, sede da Secretaria de Cultura do Município, que abriga o arquivo histórico em suas dependências. Neste momento, o público receberá informações iniciais, por parte da equipe do projeto, sobre a definição de acervo, patrimônio documental, documento

histórico, além de explanação sobre a função social do arquivo e regras de higiene e comportamento no trato dos manuscritos;

3) Entrada no arquivo: Na sequência, o público da oficina será levado ao arquivo, em sala que fica contígua ao auditório. Lá, os estudantes de graduação em Biblioteconomia e cursos afins, após a devida paramentação com luvas e máscaras, entrarão no recinto que guarda os manuscritos do século XVIII e XIX. Nessa etapa, os participantes serão convidados a conhecer o modo de organização do acervo, avaliando o acondicionamento e medidas de preservação do acervo histórico raro. Neste momento, os dados sobre tipologia documental e características dos conjuntos, bem como de sua importância para a consulta e preservação do acervo devem ser repassados, com foco nas possibilidades de gestão da informação do Arquivo Histórico;

4) Leitura Paleográfica: O momento seguinte da oficina promoverá um exercício paleográfico, em que os universitários mediarão a leitura e transcrição de algum manuscrito do acervo, previamente selecionado pela equipe. Assim, os estudantes poderão visualizar seculares, criando uma aura de encantamento e curiosidade ao tentar decifrar os manuscritos com o auxílio dos bolsistas. A mediação envolverá, ainda, a articulação do conteúdo do documento com a história do Icó, assim propiciando a compreensão de como os arquivos são fontes de informação ricas para a compreensão da experiência histórica e memória social;

5) Desafio paleográfico: Na antepenúltima etapa da oficina, de volta ao auditório, os alunos receberão reproduções fac-similares de fontes do acervo, para uma atividade de transcrição com foco em técnicas de paleografia. Os estudantes serão convidados a manifestar os desafios da atividade e a narrar as informações históricas contidas nas fontes;

6) Avaliação: Por fim, a oficina pode ser encerrada com uma avaliação da oficina ofertada, por meio da manifestação oral dos participantes.

O objetivo das etapas anteriormente descritas é promover uma intrínseca relação entre extensão, pesquisa, ensino e cultura para alunos graduandos em Biblioteconomia e cursos afim. Acreditamos que promover o contato direto com documentos históricos do século XVIII e XIX propicia oportunidades para os discentes exercitarem empiricamente os conhecimentos teórico-metodológicos ensinados nas disciplinas da graduação, possibilidade inclusive para o aprimoramento enquanto pesquisadores.

Além disso, o contato e as trocas de experiências e conhecimento por meio das oficinas, intensificaram o desenvolvimento de competências didáticas e de socialização, preparando-os para o desafio de lidar com o público, numa época na qual os profissionais da informação têm sido demandados em situações e contextos que exigem uma formação mais ampla: museus, turismo histórico-cultural, produções jornalísticas e artísticas, etc.

O impacto, que a realização de oficinas de educação patrimonial, pode ser amplo e positivo. Afinal, a oportunidade de conhecer o Arquivo Histórico de Icó e a riqueza das fontes lá contidas, além de render momentos interessantes e de prática profissional, propiciam o conhecimento, a valorização e, conseqüentemente, práticas que fomentam a defesa deste importante patrimônio documental brasileiro.

Com as visitas e o manuseio dos documentos, professores de História e estudantes da rede básica de ensino poderão conhecer e se apropriar da riqueza de informações a respeito do cotidiano e sujeitos históricos do passado da cidade, contidas nos manuscritos. Com base no acervo do Arquivo Histórico de Icó é possível levantar outras muitas possibilidades de atividades e análises como, por exemplo, oficinas que tratem de aspectos sociais da sociedade brasileira no passado: a

escravidão, a condição das mulheres, a pobreza, a violência etc. As oficinas podem, portanto, podem ser uma oportunidade de trazer debater que aparecem distantes, como a escravidão, por exemplo, para mais próximo da realidade dos alunos.

Um mundo de possibilidades se abre ao adentrarmos um Arquivo. Além de ações de ensino, extensão e cultura, já mencionadas, o conhecimento e valorização desse patrimônio documental pode impactar no desenvolvimento de pesquisas sobre acervos raros, memória, história entre outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial é essencial para a construção da percepção dos bens culturais enquanto elementos constitutivos da vida social. Desta forma, a junção da educação patrimonial com a extensão universitária ajuda a promover a formação de profissionais preparados para lidar com as políticas patrimoniais e com novas demandas públicas.

Ao inserir estudantes e professores em atividades de contato com fontes documentais do Arquivo Histórico de Icó, busca-se propiciar a preservação do patrimônio documental. Esperamos que outras gerações, no futuro, também possam ter a possibilidade de acesso ao rico acervo da história da cidade patrimônio nacional, mas antes de tudo, patrimônio de seus moradores, elemento essencial na construção da identidade e na promoção da cidadania.

As oficinas de extensão e educação patrimonial no Arquivo Público de Icó podem contribuir para o processo de formação de pessoas bibliotecárias, historiadores, arquivistas, museólogos, pedagogos, entre outros, uma vez envolvidos em atividades de educação patrimonial e extensão, tais profissionais podem atuar para a difusão de consciência preservacionista, o que pressupõe não só a transmissão de conhecimento, como também o estímulo à curiosidade, criatividade e prazer.

Portanto, o debate e as ideias por ora apresentadas no presente artigo são, de alguma forma, um chamado à extensão universitária e ao desenvolvimento da educação patrimonial, promovendo vivência de bens culturais de forma intensa e afetiva. Acreditamos que só assim a salvaguarda do patrimônio será garantida.

O campo da Ciência da Informação, portanto, encontra-se diante de um desafio de oferecer para a sociedade, estrutura de acesso à informação com a rapidez e eficiência nos modelos das tecnologias da informação e comunicação, regulamentada pelos aspectos teóricos que a envolvem, ou seja, identificar, selecionar e sintetizar a informação para organização, uso e a reconstrução de sua memória.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e Leituras do Passado**: historiografia e ensino de história. Civilização Brasileira, 2007, p. 351-370.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 23-79.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.
- CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. (orgs.). **Patrimônio Cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012, p. 67-78.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim, Educação Patrimonial: um processo de mediação. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra. (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p. 22-29.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.
- FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História**: anos iniciais. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Icó: estudo para o tombamento federal**. Fortaleza-CE: 4ª Coordenação Regional do IPHAN, 1997. Vol. 1.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Documento e História: a memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 09-27.

LONDRES, Cecília. “O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações”. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p. 14-21.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**. Barbacena, v. 4, n. 7, jul./dez. 2011, p. 119-133. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60/89>. Acesso em: 11 maio. 2023.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. *In*: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto. 2006, p. 128-148.

PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. História, cultura e patrimônios regionais: construindo e registrando saberes e práticas. *In*: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio Cultural e Ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2014, 91-109.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.14, n.1, jan./abr. 2016, p.110-125. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/pdf>. Acesso em: 11 maio. 2023.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, 1996.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)